

## PAÍS DO FUTURO

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

“O Brasil é um país do futuro. E sempre será.” A frase é atribuída a Estanislaw Ponte Preta. Com a nova onda cívica que acordou a nação, poderemos dizer hoje que o Brasil é um país do presente? A resposta será dada pela História, mas a oportunidade é agora.

Dilma foi reeleita depois de manifestações de rua quando o povo, acima de partidos e instituições, pediu mudanças profundas. Na primeira manifestação depois de reeleita a Presidente (a) deu concretude à voz do povo. Suas primeiras palavras foram conciliação e união, sem as quais nada se faz em política.

Depois lembrou a palavra “reforma” que o povo tantas vezes pediu. Chegou-se até a pensar numa constituinte exclusiva que, com isenção e independência dos interesses políticos, fizesse uma nova Constituição, substituindo a 88, toda remenda e sem qualquer sentido de unidade. Desde sua vigência foram editadas 4,15 milhões de normas, 774 ao dia. Destas normas, 224.124 são tributárias. (Dados do IBPT). O caos é absoluto. Como pode o contribuinte orientar-se neste cipoal normativo e recolher corretamente seus tributos?

A reforma trabalhista é outra urgência. Temos que desburocratizar a Justiça do Trabalho, criando um processo imediato com um mínimo de recursos, do qual os trabalhadores e empresários, principalmente os micros e os pequenos, possam servir-se para a solução de seus conflitos, que deverão primeiramente submeter-se a órgãos extrajudiciais de conciliação e julgamento. O conflito trabalhista lesa o empregado, o empregador e o país.

O Judiciário precisa de reforma urgente que deve começar com a Proposta de Emenda Constitucional do ex-ministro César Peluso. Toda decisão transitará em julgado no segundo grau quanto à matéria de fato. Os tribunais superiores servirão para unificar a jurisprudência e a interpretação. Só aqui teremos dois terços da reforma com a aprovação da PEC.

A reforma política é a mais fundamental, pois trará dinâmica à nossa democracia: número de senadores e deputados, voto distrital ou semidistrital. Extinção da reeleição de presidente da república, dívida pública dos Estados. Só Minas deve quase 80 bilhões. Pagar débito público e deixar o povo sem escolas, hospitais e saneamento não é lógico. É preciso achar um caminho.

A corrupção, com a qual a Presidente afirmou que se mostrará implacável, deve ser extirpada a qualquer custo. O dinheiro público precisa chegar ao povo e trazer-lhe algum benefício. Aqui o Judiciário tem que cumprir o seu papel, sob pena de sua imagem tornar-se irrecuperável perante a nação. Já temos os juízes, faltam agora à lei e os meios.

Ao Congresso cabe um importante papel nesta grande tarefa. Quem faz leis é o mestre da vida social, diz Pontes de Miranda. Espera-se uma oposição crítica, mas não vingativa. Situação e oposição são apenas dois modos de olhar o Brasil, que é um só.

A nação terá muito trabalho e a Presidente (a), grande responsabilidade. Mas a luta não é só dela, mas de todos nós. Vamos transformar o país do futuro em país do presente. Se cada qual

prestar sua contribuição, ganharemos a guerra. Caso contrário, continuaremos a esperar um futuro que nunca há de chegar.